

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO

MANUAL DE DIREITO
**PROCESSUAL
CIVIL
CONTEMPORÂNEO**

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53601-96-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato
Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermينو
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Projeto gráfico Fernanda Matajs

Diagramação NSM Soluções Gráficas Ltda.

Revisão PBA Preparação e Revisão de Textos

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Brasilform Editora e Ind. Gráfica

Pinho, Humberto Dalla Bernardina de

Manual de direito processual civil contemporâneo / Humberto Dalla Bernardina de Pinho. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

18-0835

CDU 347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)
2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Data de fechamento da edição: 26-11-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604847 CAE 628306



Sumário

<i>Prefácio</i>	35
<i>Apresentação</i>	37
<i>Primeiras palavras</i>	39

PARTE I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A PARTE GERAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 41

=====CAPÍTULO 1

Direito processual: conceito, natureza e o acesso à Justiça.	43
1.1 Considerações introdutórias	43
1.2 As formas de composição dos conflitos	44
1.2.1 Autodefesa (ou autotutela).	45
1.2.2 Autocomposição.	46
1.2.3 Heterocomposição e juízo arbitral	47
1.2.4 Jurisdição/processo estatal.	47
1.3 Correntes unitarista e dualista da ciência processual.	50
1.4 Movimentos de acesso à Justiça	52
1.4.1 O acesso à Justiça como aspecto do Estado de direito	52
1.4.2 A problematização da insuficiência do acesso à Justiça	53
1.4.3 O conteúdo do princípio do acesso à Justiça.	55

=====CAPÍTULO 2

Fontes do direito processual civil brasileiro	61
---	----

=====CAPÍTULO 3

Evolução histórica	67
3.1 Considerações gerais	67

3.2	O direito processual no Brasil Colônia	67
3.3	O processo durante o Império	69
3.4	O advento da República: dos Códigos Estaduais ao CPC/1939	70
3.5	O CPC/73 e as sucessivas reformas processuais durante as décadas de 1990 e de 2000.	71
3.6	O processo legislativo do Novo Código de Processo Civil	76
3.7	Perspectivas para as futuras alterações na legislação processual civil brasileira.	78

CAPÍTULO 4

	Princípios gerais do direito processual civil	81
4.1	Generalidades.	81
4.2	Os princípios em espécie	82
4.2.1	Devido processo legal.	82
4.2.2	Isonomia ou igualdade entre as partes	84
4.2.3	Contraditório e ampla defesa.	86
4.2.4	Juiz natural	89
4.2.5	Inafastabilidade do controle jurisdicional	90
4.2.6	Publicidade dos atos processuais	91
4.2.7	Motivação das decisões judiciais	92
4.2.8	Impulso oficial do processo	93
4.2.9	Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos	94
4.2.10	Livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz.	95
4.2.11	Economia processual	96
4.2.12	Duração razoável do processo.	96
4.2.13	Cooperação.	101
4.2.14	Conciliação	105
4.2.15	Duplo grau de jurisdição	105
4.3	A noção de processo justo e as garantias fundamentais	106
4.4	O impacto do CPC/2015 na principiologia constitucional-processual.	107

CAPÍTULO 5

	A norma processual: interpretação e integração – eficácia no tempo e no espaço	117
5.1	Identificação da norma processual	117
5.2	Dimensão espacial e temporal da norma processual.	118
5.3	Formas de interpretação da norma processual	123
5.4	Meios de integração.	124
5.5	O impacto do neoconstitucionalismo e a nova hermenêutica	125

CAPÍTULO 6

	Jurisdição: função jurisdicional – distinção das outras funções do Estado	129
--	---	-----

6.1	Tentativas doutrinárias de conceituar e sistematizar o tema	129
6.2	Evolução histórica e as teorias clássicas da jurisdição	136
6.3	Elementos caracterizadores da jurisdição.	148
6.4	Extensão e limites da jurisdição	151
6.5	Princípios da jurisdição	154
6.6	Classificações da jurisdição	157
6.7	A jurisdição voluntária.	159
6.8	A desjudicialização.	164
6.9	A jurisdição transnacional e a cooperação internacional	168
6.9.1	Noções sobre a jurisdição transnacional	168
6.9.2	A cooperação internacional e o CPC/2015	174

CAPÍTULO 7

Órgãos da função jurisdicional: organização federal e estadual.	179
7.1 Disciplina básica, funções e missão do Poder Judiciário	179
7.2 Órgãos do Poder Judiciário	182
7.3 A questão peculiar dos Juizados Especiais Cíveis.	187

CAPÍTULO 8

Ação: conceito, natureza jurídica, espécies, condições para seu regular exercício e direito de defesa	193
8.1 Noção	193
8.2 Teorias acerca da natureza jurídica da ação	195
8.2.1 Teoria Imanentista, Civilista ou Clássica.	195
8.2.2 Teoria do Direito Concreto de Ação (Teoria Concreta).	197
8.2.3 Teoria da Ação como Direito Potestativo.	198
8.2.4 Teoria da Ação como Direito Abstrato.	199
8.2.5 Teoria Eclética.	199
8.3 Características	201
8.4 Conceito	202
8.5 Condições da ação	202
8.5.1 Noção	202
8.5.2 Condições genéricas.	202
8.5.2.1 Legitimidade das partes: é a legitimidade <i>ad causam</i>	203
8.5.2.2 Interesse processual em agir.	208
8.5.2.3 A exclusão da possibilidade jurídica do pedido do rol de condições para o regular exercício do direito de ação.	210
8.5.3 Condições específicas	211
8.5.4 Aferição das condições da ação	212
8.6 Elementos da ação	213

8.6.1	Partes	213
8.6.1.1	Litisconsórcio	214
8.6.1.2	Intervenção de terceiros	215
8.6.2	Causa de pedir ou <i>causa petendi</i>	215
8.6.3	Pedido	216

CAPÍTULO 9

Competência: conceito, natureza jurídica, espécies, critérios de determinação, causas de modificação, incompetência e conflito de competência . . .		219
9.1	Conceito e natureza jurídica	219
9.2	Princípios que regem a competência no direito brasileiro	220
9.3	Crítérios de determinação da competência	222
9.3.1	Competência internacional	222
9.3.2	Competência interna	225
9.4	Concretização da jurisdição	231
9.5	Incompetência absoluta e relativa	232
9.6	Causas de modificação da competência	234
9.6.1	Conexão	234
9.6.2	Continência	235
9.6.3	Inércia	236
9.6.4	Vontade das partes	237
9.7	Conflito de competência	238
9.8	Foros especiais	239
9.8.1	Foro do réu incapaz	239
9.8.2	Foro do guardião de incapaz	240
9.8.3	Foro do domicílio do alimentando	241
9.8.4	Foro para as ações de reparação de acidente de trânsito	241
9.8.5	Foro do domicílio do consumidor	242
9.8.6	Outras hipóteses	243
9.9	A competência nos Juizados Especiais Cíveis	244
9.10	Cooperação nacional	247

CAPÍTULO 10

Sujeitos do processo. Partes. Litisconsórcio. Terceiros		251
10.1	Juiz: sujeito imparcial do processo	251
10.2	Demandante e demandado: sujeitos parciais do processo	253
10.2.1	Conceito	253
10.2.2	Litisconsórcio	254
10.2.3	Intervenção de terceiros	260
10.2.3.1	Assistência e demais formas de intervenção voluntária	261
10.2.3.2	Denúnciação da lide	271

10.2.3.3	Chamamento ao processo.	276
10.2.3.4	O incidente de desconsideração de personalidade jurídica.	278
10.2.3.5	O <i>amicus curiae</i>	285
10.2.3.6	Correção no polo passivo da demanda.	289

CAPÍTULO 11

O advogado e o Estatuto da OAB. O defensor público.	293
11.1 Princípios gerais da advocacia.	293
11.2 Direitos e deveres do advogado.	296
11.3 Advocacia Pública.	302
11.4 Defensoria Pública.	304

CAPÍTULO 12

O juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura.	309
12.1 Disposições constitucionais.	309
12.2 Poderes, deveres e responsabilidades do juiz.	312
12.3 Impedimentos e suspeições.	320
12.4 Auxiliares da Justiça.	323

CAPÍTULO 13

O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico.	329
13.1 Origens e feição pré-Constituição de 1988.	329
13.2 A natureza política do Ministério Público.	333
13.3 O Ministério Público na Constituição de 1988.	335
13.4 A participação do Ministério Público no CPC/2015.	342
13.5 A polarização da atuação do Ministério Público nos direitos coletivos.	355

CAPÍTULO 14

Processo: conceito, natureza jurídica e espécies.	365
14.1 Noção.	365
14.1.1 Processo, procedimento e autos.	365
14.1.2 Funções atribuídas ao processo.	366
14.2 Teorias sobre a natureza jurídica do processo.	367
14.2.1 Teorias privatistas.	367
14.2.1.1 Teoria do processo como um contrato.	367
14.2.1.2 Processo como um quase contrato.	368
14.2.2 Teoria da relação jurídica processual.	369
14.2.3 Teoria do processo como situação jurídica.	372
14.2.4 Teoria do processo como instituição.	373
14.2.5 Teoria do processo como procedimento em contraditório.	374
14.2.6 Teoria do processo como categoria complexa.	375

14.2.7	Teoria do processo como categoria jurídica autônoma	376
14.3	Conceito e natureza jurídica do processo.	376
14.4	Classificação dos processos	377
14.4.1	Processo de conhecimento.	377
14.4.2	Processo de execução	378
14.5	Classificação das sentenças	379

CAPÍTULO 15

Aspectos econômicos e éticos do processo.		383
15.1	Aspectos econômicos.	383
15.1.1	Noções gerais	383
15.1.2	Despesas processuais	384
15.1.3	Honorários advocatícios.	385
15.1.3.1	Origem e natureza jurídica	385
15.1.3.2	Histórico dos honorários no ordenamento jurídico brasileiro.	389
15.1.3.3	Inovações do CPC/2015 em relação aos honorários de sucumbência	390
15.1.3.4	Honorários de sucumbência: capítulo autônomo da sentença	394
15.1.4	Gratuidade de justiça	395
15.1.4.1	Regras gerais	395
15.1.4.2	Procedimento para a concessão e para a impugnação de gratuidade de justiça.	397
15.2	Aspectos éticos do processo	398
15.2.1	Repressão à má-fé. Responsabilidade por dano processual	398
15.2.2	A cooperação como novo parâmetro ético dos sujeitos do processo.	400

CAPÍTULO 16

Processo eletrônico		411
16.1	O processo eletrônico	412
16.2	O direito processual, a informática e o acesso à Justiça.	412
16.3	Histórico do processo eletrônico no Brasil.	415
16.4	Princípios do processo eletrônico	419
16.4.1	Princípio da igualdade	420
16.4.2	Princípio do devido processo legal	420
16.4.3	Princípios do contraditório e da ampla defesa	421
16.4.4	Princípio da publicidade	422
16.4.5	Princípio da duração razoável do processo.	425
16.4.6	Princípio do acesso à Justiça.	425

16.4.7	Princípio da oralidade	426
16.4.8	Princípio da instrumentalidade das formas	427
16.4.9	Princípio da lealdade processual e da boa-fé	427
16.4.10	Princípio da celeridade	428
16.5	A Lei do Processo Eletrônico (Lei n. 11.419/2006)	428
16.6	A Resolução n. 185/2013 do CNJ	434
16.7	Disposições sobre processo eletrônico no CPC/2015	436

CAPÍTULO 17

	Atos processuais. Teoria geral e espécies. Nulidades	439
17.1	Considerações iniciais	439
17.1.1	O novo paradigma do processo civil constitucional	439
17.1.2	Visão geral dos atos processuais	440
17.2	Espécies de atos processuais	441
17.2.1	Atos processuais praticados pelas partes	441
17.2.1.1	Atos postulatórios	442
17.2.1.2	Atos instrutórios	442
17.2.1.3	Atos dispositivos	442
17.2.1.4	Atos reais ou materiais	443
17.2.2	Atos processuais praticados pelos juízes	443
17.2.2.1	Atos praticados pelos juízes tendo como destinatárias as partes	443
17.2.2.2	Atos praticados pelo juízo tendo como destinatário outro juízo	450
17.3	Tempo	452
17.4	Lugar	453
17.5	Forma	454
17.5.1	Disposições gerais	454
17.6	Prazos	455
17.7	Princípios	458
17.7.1	Princípios aplicáveis aos atos processuais em geral	458
17.7.1.1	Princípio da liberdade das formas	458
17.7.1.2	Princípio da documentação	459
17.7.1.3	Princípio da publicidade	459
17.7.1.4	Princípio da celeridade	459
17.7.1.5	Princípio da efetividade	459
17.7.2	Princípios aplicáveis aos defeitos dos atos processuais	459
17.7.2.1	Da causalidade	460
17.7.2.2	Da instrumentalidade das formas	460
17.7.2.3	Do prejuízo	460
17.7.2.4	Do legítimo interesse	460

17.7.2.5	Da economia processual	460
17.7.2.6	Da preclusão	461
17.7.2.7	Disposições suplementares	461
17.8	Defeitos	462
17.8.1	Considerações iniciais	462
17.8.2	Modalidades de atos processuais defeituosos	463
17.8.2.1	Ato inexistente	463
17.8.2.2	Ato nulo	463
17.8.2.3	Anulabilidade	465
17.8.2.4	Irregularidade	465
17.8.2.5	Ineficácia	466
17.8.3	Regramento imposto ao tema pelo CPC/2015	467
17.9	Convenções processuais	467
17.9.1	Aproximação ao tema	467
17.9.2	As convenções no CPC/2015	472
17.10	Calendarização	479
17.11	Atos de distribuição e registro	480
17.12	Atos relativos ao valor da causa	481

CAPÍTULO 18

Relação jurídica processual e pressupostos processuais	483
18.1 Características da relação jurídica processual	483
18.2 Objeto da relação jurídica processual	485
18.3 Pressupostos processuais	485

CAPÍTULO 19

Objeto da cognição: questões prévias e mérito	497
19.1 Questões	497
19.1.1 Questões prévias	498
19.1.1.1 Questão prévia preliminar	498
19.1.1.2 Questão prévia prejudicial	499
19.1.2 Questão principal	501

CAPÍTULO 20

Tutela provisória	505
20.1 Observações introdutórias	505
20.2 Regras gerais introduzidas pelo CPC/2015	505
20.3 Modalidades	508
20.3.1 Tutela de urgência	508
20.3.1.1 Disposições gerais	510
20.3.1.2 Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	517

20.3.1.3	Questões controvertidas sobre a tutela antecipada antecedente	519
20.3.1.4	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente ..	529
20.3.2	Tutela da evidência	532

=====CAPÍTULO 21

Formação, suspensão e extinção do processo	537
21.1 Formação do processo	537
21.1.1 Noções gerais	537
21.2 Suspensão do processo	539
21.2.1 Noções gerais	539
21.2.2 Hipóteses de suspensão	540
21.2.2.1 Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador	540
21.2.2.2 Convenção das partes	541
21.2.2.3 Arguição de impedimento ou de suspeição	542
21.2.2.4 Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	542
21.2.2.5 Questão prejudicial	543
21.2.2.6 Por motivo de força maior	546
21.2.2.7 Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo	546
21.2.2.8 Nos demais casos que este Código regula	546
21.2.2.9 Nas hipóteses introduzidas pela Lei n. 13.363/2016 ..	547
21.3 Extinção do processo	547
21.3.1 Noções gerais	547
21.3.2 Modalidades de extinção do processo sem resolução do mérito	548
21.3.2.1 Indeferimento da petição inicial	549
21.3.2.2 Negligência das partes por mais de um ano	549
21.3.2.3 Omissão do autor por mais de trinta dias	549
21.3.2.4 Ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento regular do processo	550
21.3.2.5 Perempção, litispendência e coisa julgada	551
21.3.2.6 Falta das condições da ação	552
21.3.2.7 Convenção arbitral	553
21.3.2.8 Desistência da ação	554
21.3.2.9 Intransmissibilidade da ação	555
21.3.2.10 Outros casos	555
21.3.3 Hipóteses de resolução do mérito	556

21.3.3.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	556
21.3.3.2	Prescrição e decadência	556
21.3.3.3	Reconhecimento do pedido pelo réu	556
21.3.3.4	Transação	557
21.3.3.5	Renúncia ao direito	557

PARTE II – PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PROCESSO DE CONHECIMENTO; PROCEDIMENTOS ESPECIAIS; PROCESSO DE EXECUÇÃO; PROCESSO NOS TRIBUNAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 559

SEÇÃO I

Processo de Conhecimento	561
------------------------------------	-----

CAPÍTULO 1

Procedimentos	561
1.1 Procedimento comum e especial	561
1.2 O procedimento sumário e a regra de transição do art. 1.046, § 1º, do CPC/2015	563

CAPÍTULO 2

Petição inicial	571
2.1 Princípios da iniciativa das partes e da inércia	571
2.2 Petição inicial	572
2.3 Requisitos da petição inicial	572
2.4 Emenda à inicial	579
2.5 Causa de pedir	580
2.6 Pedido	581
2.7 Indeferimento da inicial	588
2.8 Improcedência liminar do pedido	592

CAPÍTULO 3

Audiência de conciliação ou de mediação	595
3.1 Considerações gerais	595
3.2 Exame do art. 334 do CPC	600
3.3 Limites do acordo: os direitos indisponíveis não transacionáveis e o art. 3º, § 2º, da Lei de Mediação	606

CAPÍTULO 4

Respostas do réu e revelia	611
4.1 Introdução	611
4.2 Citação	611

4.2.1	Conceito	611
4.2.2	Litisconsórcio	613
4.2.3	Recebimento da inicial e determinação da intimação e citação do réu	613
4.2.4	Destinatários	614
4.2.5	Local	615
4.2.6	Impedimentos	615
4.2.7	Tempo da citação	616
4.2.8	Efeitos da citação	616
4.2.9	Modalidades	617
4.2.10	Citação: pressuposto processual ou condição de eficácia do processo em relação ao réu?	622
4.2.11	Sentença de mérito em processo sem a citação do réu	624
4.3	Espécies de defesa	625
4.3.1	Objecção	627
4.4	Matérias de defesa – impedimento e suspeição	628
4.5	Contestação	631
4.5.1	Requisitos e forma	631
4.5.2	Prazo	631
4.5.3	Princípio da concentração ou eventualidade	632
4.5.4	Ônus da impugnação especificada	637
4.6	Reconvenção	638
4.6.1	Cabimento	641
4.6.2	Ações dúplices	642
4.6.3	Forma	643
4.6.4	Prazo	643
4.6.5	Conexão	644
4.6.6	Ampliação subjetiva da demanda	644
4.7	Revelia	645

=====CAPÍTULO 5

Providências preliminares e saneamento	649
5.1 Não incidência dos efeitos da revelia	649
5.2 Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor	650
5.3 Alegações do réu	651

=====CAPÍTULO 6

Julgamento conforme o estado do processo	653
6.1 Extinção do processo	653
6.2 Julgamento antecipado do mérito	654
6.3 Julgamento antecipado parcial do mérito	655

6.4	Saneamento e organização do processo	656
-----	--	-----

=====CAPÍTULO 7

	Audiência de instrução e julgamento	661
--	---	-----

=====CAPÍTULO 8

	Provas	667
8.1	Noções gerais	667
8.2	Objeto e incidência	669
8.3	Natureza das normas sobre provas	670
8.4	Destinatários da prova	671
8.5	Classificação	671
8.6	Meios de prova	672
8.7	Ônus da prova	673
8.8	Provas ilícitas	681
8.9	Prova emprestada	682
8.10	Prova indiciária	686
8.11	Fases do procedimento probatório	687
8.12	Poderes probatórios do juiz	688

=====CAPÍTULO 9

	Provas em espécie	691
9.1	Produção antecipada de provas	691
9.2	Ata notarial	694
9.3	Depoimento pessoal	694
9.4	Confissão	698
9.5	Exibição de documento ou coisa	700
9.6	Prova documental	702
9.7	Documentos eletrônicos	705
9.8	Prova testemunhal	706
9.9	Prova pericial	710
9.10	Inspeção judicial	714

=====CAPÍTULO 10

	Sentença e coisa julgada	717
10.1	Introdução	717
10.1.1	Conceito de sentença	717
10.1.2	Classificação das sentenças	719
10.2	Disposições gerais	722
10.2.1	Sentenças que não resolvem o mérito	722
10.2.2	Sentenças que resolvem o mérito	736
10.3	Elementos e efeitos da sentença	738

10.3.1	Elementos essenciais da sentença	738
10.3.2	Efeitos da sentença	742
10.3.3	Princípio da demanda e princípio da congruência	743
10.3.4	Interpretação da sentença	745
10.3.5	O art. 493 do CPC.	746
10.3.6	Correção	748
10.4	Remessa necessária	748
10.5	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	751
10.5.1	Disposições gerais.	751
10.5.2	O cabimento das medidas estruturantes em obrigações de fazer descumpridas	754
10.5.3	O art. 498: obrigação de entregar coisa	760
10.5.4	O art. 501: declaração de vontade	761
10.6	Coisa julgada	762
10.6.1	Coisa julgada material e formal.	762
10.6.2	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	764
10.6.3	Fundamentos da coisa julgada	768
10.6.4	Preclusão	773
10.6.5	Regime especial da coisa julgada na ação civil pública.	774

=====CAPÍTULO 11

	Liquidação de sentença	779
11.1	Aspectos gerais.	779
11.2	Conceito de sentença e sua liquidação	782
11.3	Legitimidade para a liquidação de sentença.	784
11.4	Modalidades de liquidação de sentença	785
11.4.1	Liquidação por arbitramento.	786
11.4.2	Liquidação pelo procedimento comum	786
11.5	Liquidação de sentença penal condenatória e no processo coletivo.	787

=====CAPÍTULO 12

	Cumprimento de sentença	789
12.1	Disposições gerais	789
12.2	Características	791
12.3	Princípios	792
12.4	Pressupostos	793
12.5	Atributos da obrigação a ser executada	794
12.6	Títulos executivos judiciais	794
12.6.1	Introdução e conceito dos títulos executivos	794

12.6.2	Classificação dos títulos executivos	795
12.6.3	Títulos executivos judiciais	795
12.6.4	O protesto da decisão judicial e demais disposições.	800
12.7	Jurisdição e competência no cumprimento de sentença	802
12.7.1	Limites e controle da jurisdição.	802
12.7.2	Competência.	803
12.7.3	A competência dos tribunais nas causas de competência origi- nária.	803
12.7.4	Competência funcional	804
12.7.5	Competência para execução da sentença penal condenatória, da sentença arbitral, da sentença estrangeira e da decisão inter- locutória estrangeira	805
12.8	Execução provisória e definitiva	806
12.9	Das espécies de cumprimento de sentença	808
12.9.1	Do cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigi- bilidade de obrigação de pagar quantia certa	808
12.9.2	Do cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigi- bilidade de obrigação de pagar quantia certa	809
12.9.2.1	Penhora e avaliação	812
12.9.2.2	Impugnação ao cumprimento de sentença	814
12.9.2.3	Excesso de execução (art. 525, § 1º, V).	817
12.9.3	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	818
12.9.4	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	821
12.9.5	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer	825
12.9.5.1	Meios executivos	828
12.9.5.2	<i>Astreintes</i>	829
12.9.6	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	833
12.10	Regime especial do cumprimento de sentença na ação civil pública ...	834

SEÇÃO II

Procedimentos Especiais	839
-------------------------------	-----

CAPÍTULO 1

Procedimentos de jurisdição contenciosa	839
1.1 Disposições gerais	839
1.2 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição vo- luntária	843

CAPÍTULO 2

Ação de consignação em pagamento	847
2.1 Noções gerais	847
2.2 Natureza do instituto da consignação	848
2.3 Natureza processual da ação de consignação	848
2.4 Prestações passíveis de consignação	849
2.5 Cabimento da consignação	849
2.6 Pressupostos para o pagamento em consignação	851
2.7 Liquidez da prestação devida	851
2.8 Consignação principal e incidental	852
2.9 Consignação em pagamento de título cambiário e cambiariforme	852
2.10 Competência	853
2.11 Legitimação <i>ad causam</i>	854
2.11.1 Legitimidade ativa	854
2.11.2 Legitimidade passiva	855
2.12 Prestações sucessivas	855
2.13 Causa de pedir	857
2.14 Pedido	858
2.15 Efeitos da consignação	859
2.16 Procedimento da consignação em pagamento	859
2.16.1 Procedimento extrajudicial	859
2.16.2 Procedimento judicial em caso de mora do credor	863
2.16.2.1 Petição inicial	863
2.16.2.2 Valor da causa	863
2.16.2.3 Depósito	864
2.16.2.4 Obrigação alternativa	865
2.16.2.5 Citação	865
2.16.2.6 Resposta do demandado	865
2.16.2.7 Complementação do depósito	867
2.16.2.8 Sentença	869
2.16.3 Procedimento judicial com risco de pagamento ineficaz.	870
2.17 Resgate da enfiteuse	873
2.18 Consignação de aluguéis e acessórios na locação	874

CAPÍTULO 3

Ação de exigir contas	875
3.1 Noções gerais	875
3.2 Natureza jurídica	876
3.3 Cabimento	877
3.4 Legitimação e interesse	877
3.5 Organização e prova das contas	879

3.6	A prestação de contas ativa	880
3.6.1	Sucumbência	882

CAPÍTULO 4

Ações possessórias	883
4.1 Noções gerais	883
4.2 Procedimento especial	884
4.3 O procedimento comum e o procedimento sumaríssimo do Juizado Especial	890
4.4 A liminar e sua natureza jurídica	890
4.5 A ação de natureza dúplice	892
4.6 Fungibilidade dos procedimentos	893
4.7 Espécies de proteção possessória	894
4.8 A natureza das ações possessórias: real ou pessoal?	895
4.9 Incidentes nas ações possessórias	896
4.9.1 Embargos de terceiro	896
4.9.2 Embargos de retenção	897
4.9.3 Nomeação à autoria e denúncia da lide	898
4.10 Procedimento de manutenção, da reintegração da posse e do interdito proibitório – peculiaridades dos procedimentos	898
4.10.1 Ação de manutenção de posse	898
4.10.2 Ação de reintegração de posse	900
4.10.3 Interdito proibitório	901
4.11 A sentença nas ações de manutenção de posse, de reintegração de posse e no interdito proibitório	903
4.12 A fase de execução do julgado	903

CAPÍTULO 5

Ação de demarcação e ação de divisão de terras particulares	905
5.1 Noções gerais	905
5.2 Legitimidade.	906
5.3 Natureza dúplice das ações divisória e demarcatória	908
5.4 Foro competente	908
5.5 Procedimento	908
5.5.1 Disposições gerais	908
5.5.2 Ação de demarcação.	909
5.5.3 Ação de divisão	912

CAPÍTULO 6

Ação de dissolução parcial de sociedade	915
6.1 Considerações	915
6.2 A dissolução das sociedades	915

6.3	Cabimento da dissolução parcial de sociedades.....	916
6.4	Legitimidade para agir.....	917
6.5	Procedimento de dissolução.....	917

CAPÍTULO 7

Ação de inventário e partilha.....	921
7.1 Noções gerais.....	921
7.2 Inventário negativo.....	922
7.3 Competência.....	923
7.4 Universalidade de foro da sucessão.....	924
7.5 Questões de “alta indagação”.....	925
7.6 Administrador provisório e inventariante.....	925
7.7 Legitimidade.....	928
7.8 Cumulação de ações no inventário.....	928
7.9 Procedimento do inventário.....	929
7.9.1 Petição inicial.....	929
7.9.2 Primeiras declarações.....	930
7.9.3 Citações e interveniências.....	930
7.9.4 Avaliação judicial.....	932
7.9.5 Últimas declarações.....	932
7.9.6 Cálculo do imposto.....	932
7.9.7 Colações.....	933
7.9.8 Sonegação.....	934
7.9.9 Pagamento das dívidas.....	934
7.10 A partilha.....	935
7.10.1 Conceito e espécies.....	935
7.10.2 Partilha judicial. Petição de quinhão. Deliberação. Princípios.....	936
7.10.3 Esboço e lançamento da partilha.....	937
7.10.4 Sentença da partilha.....	939
7.10.5 Pacto de não partilhar.....	940
7.10.6 A emenda ou retificação da partilha.....	941
7.10.7 A partilha e as ações de investigação de paternidade, de petição de herança e de nulidade de testamento.....	941
7.10.8 Invalidação da partilha.....	942
7.10.9 Partilha amigável e partilha judicial.....	943
7.10.10 Ação rescisória de partilha.....	945
7.11 O arrolamento.....	946
7.11.1 Procedimento do arrolamento sumário.....	947
7.11.2 Procedimento do arrolamento comum.....	948
7.12 Das disposições comuns.....	949
7.12.1 Medidas cautelares (art. 668).....	949

7.12.2	Sobrepilha (art. 669)	949
7.12.3	Curatela especial ao herdeiro (art. 671)	950
7.12.4	Inventários acumulados (arts. 672 e 673)	950
7.12.5	Honorários de advogado	951
7.12.6	Extinção do processo por paralisação da causa	951
7.12.7	Assistência judiciária	952
7.12.8	Terceiros prejudicados (art. 674)	952

CAPÍTULO 8

Embargos de terceiro	953
8.1 Noções gerais	953
8.2 Natureza jurídica	953
8.3 Cabimento e conteúdo	954
8.4 Legitimidade	955
8.5 Prazo	958
8.6 Competência	959
8.7 Procedimento	960

CAPÍTULO 9

Oposição	963
9.1 Noções gerais	963
9.2 Natureza jurídica	963
9.3 Cabimento	964
9.4 Legitimidade	964
9.5 Competência	965
9.6 Procedimento	965

CAPÍTULO 10

Habilitação	967
10.1 Noções gerais	967
10.2 Natureza jurídica	968
10.3 Cabimento	968
10.4 Legitimidade	968
10.5 Competência	969
10.6 Procedimento	969

CAPÍTULO 11

Ações de família	971
11.1 Noções gerais	971
11.2 Cabimento e Legitimidade	971
11.3 Competência	972
11.4 Procedimento	972

CAPÍTULO 12

Ação monitoria	975
12.1 Noções gerais	975
12.2 Características	976
12.3 Natureza jurídica	976
12.4 Objeto e alcance da ação monitoria	977
12.5 Requisito específico da ação monitoria	978
12.5.1 Prova escrita	978
12.6 Legitimidade para a ação monitoria	980
12.7 Juízo sumário	981
12.8 Competência no processo monitorio	981
12.9 Petição inicial. Mandado de pagamento ou de entrega	982
12.10 Natureza do mandado liminar. Extensão de sua eficácia	983
12.11 Formação do título executivo	985
12.12 Ônus da prova no processo monitorio	986
12.13 Procedimento	987
12.14 Embargos monitorios	989
12.15 Reconvenção	992
12.16 Assistência e litisconsórcio	992
12.17 Revelia no processo monitorio	993
12.18 Natureza dos embargos	994
12.19 Tutela provisória	994
12.20 Cabimento de audiência de conciliação	994
12.21 Litispendência. Coisa julgada. Questões processuais e de mérito	995
12.22 Honorários advocatícios. Despesas processuais. Isenção	996
12.23 Ação monitoria contra a Administração Pública	997

CAPÍTULO 13

Homologação de penhor legal	999
13.1 Conceituação de penhor	999
13.2 Penhor legal no CPC	999

CAPÍTULO 14

Regulação de avaria grossa	1003
14.1 Noções gerais	1003
14.2 Cabimento, legitimidade e conteúdo	1004
14.3 Competência	1005
14.4 Procedimento	1005

CAPÍTULO 15

Restauração de autos	1007
15.1 Noções gerais	1007

15.2	Natureza jurídica e cabimento	1007
15.3	Legitimidade	1008
15.4	Competência	1008
15.5	Procedimento	1009
15.6	Sentença	1010
15.7	Restauração dos autos no tribunal	1010
15.8	Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	1011

CAPÍTULO 16

	Disposições gerais de procedimentos especiais de jurisdição voluntária ..	1013
16.1	Características da jurisdição voluntária	1013
16.2	Procedimento	1015
16.3	A jurisdição voluntária no CPC	1017

CAPÍTULO 17

	Das notificações e das interpelações	1019
17.1	Noções gerais	1019
17.2	Procedimento	1019

CAPÍTULO 18

	Alienação judicial	1021
18.1	Noções gerais	1021
18.2	Procedimento	1022

CAPÍTULO 19

	Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio	1025
19.1	Noções gerais	1025
19.2	Legitimidade e competência	1026
19.3	Procedimento	1027
19.4	Sentença	1028
19.5	Revisão e rescisão do acordo de separação	1029

CAPÍTULO 20

	Testamentos e codicilos	1031
20.1	Noções gerais	1031
20.2	Competência	1032
20.3	Procedimento	1032
20.4	Sentença	1033

CAPÍTULO 21

	Herança jacente	1035
--	-----------------------	------

21.1	Noções gerais	1035
21.2	Competência	1036
21.3	Legitimidade.....	1036
21.4	Procedimento.....	1036
21.5	Administração da herança.....	1037
21.6	Declaração de vacância	1038

=====CAPÍTULO 22

Bens do ausente	1039
22.1 Noções gerais	1039
22.2 Competência	1040
22.3 Procedimento	1040

=====CAPÍTULO 23

Coisas vagas.....	1043
23.1 Noções gerais.....	1043
23.2 Legitimidade e competência.....	1043
23.3 Procedimento.....	1044

=====CAPÍTULO 24

Interdição	1047
24.1 Noções gerais	1047
24.2 Legitimidade.	1048
24.3 Competência	1048
24.4 Procedimento.	1048
24.5 Sentença	1050
24.6 Levantamento da interdição	1050
24.7 O curador	1051
24.8 Disposições comuns à tutela e à curatela	1051
24.9 A nova sistemática trazida pela lei de inclusão da pessoa com deficiência (Lei n. 13.146/2015).	1053

=====CAPÍTULO 25

Organização e fiscalização das fundações	1059
25.1 Noções gerais	1059
25.2 Procedimento	1059
25.3 Extinção das fundações	1060

=====CAPÍTULO 26

Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	1061
26.1 Noções gerais	1061

26.2	Competência	1061
26.3	Legitimidade	1061
26.4	Procedimento	1061

=====SEÇÃO III

Processo de Execução	1063
----------------------------	------

=====CAPÍTULO 1

Teoria geral da execução	1063
1.1 Breve histórico do novo processo civil	1063
1.2 Disposições gerais	1064
1.3 Características da execução	1066
1.4 Aplicação subsidiária das normas cognitivas à execução	1067
1.5 Princípios da execução	1067
1.5.1 Princípio da cartularidade	1069
1.5.2 Princípio da efetividade da execução	1069
1.5.3 Princípio do menor sacrifício possível para o executado	1070
1.5.4 Princípio do contraditório	1070
1.5.5 Princípio do desfecho único	1071
1.6 Das partes no processo de execução	1071
1.6.1 Noções gerais	1071
1.6.2 Legitimação	1072
1.6.2.1 Legitimados ativos	1072
1.6.2.2 Legitimados passivos	1074
1.6.3 Incidentes	1076
1.6.4 Litisconsórcio	1077
1.6.5 Intervenção de terceiros	1078
1.6.6 Cumulação de execuções	1080
1.7 Jurisdição e competência na relação processual executiva	1081
1.7.1 Limites e controle da jurisdição no processo executivo	1081
1.7.2 Competência	1081
1.7.3 Competência na execução de título extrajudicial	1082
1.7.3.1 Foro competente para a ação do cheque	1082
1.7.3.2 Foro competente para a duplicata	1083
1.7.3.3 Foro competente para a nota promissória	1083
1.7.3.4 Foro competente para a execução de hipoteca e de aluguéis	1083
1.7.4 Competência na execução fiscal	1083
1.7.5 Competência nos processos incidentais	1084
1.7.6 Competência na insolvência civil	1085
1.8 Requisitos da execução	1085
1.8.1 Noções gerais	1085

1.8.2	Inadimplemento do devedor	1085
1.8.2.1	<i>Exception non rite adimpleti contractus</i>	1087
1.8.2.2	<i>Exception non adimpleti contractus</i>	1087
1.8.3	Título executivo	1087
1.8.3.1	Conceito	1088
1.8.3.2	Natureza jurídica	1088
1.8.3.3	Classificação	1089
1.8.4	Modalidades de títulos executivos extrajudiciais	1090
1.8.4.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	1090
1.8.4.2	Instrumento público ou privado de confissão de dívida	1090
1.8.4.3	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	1091
1.8.4.4	O contrato de seguro de vida em caso de morte	1091
1.8.4.5	Crédito decorrente de foro ou laudêmio	1091
1.8.4.6	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	1091
1.8.4.7	Certidão da Dívida Ativa da Fazenda Pública	1091
1.8.4.8	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral	1092
1.8.4.9	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas	1092
1.8.4.10	Outros títulos extrajudiciais	1092
1.8.5	Da exigibilidade da obrigação	1094
1.8.5.1	Certeza	1094
1.8.5.2	Liquidez	1094
1.8.5.3	Exigibilidade	1095
1.9	Da responsabilidade patrimonial	1096
1.9.1	Noções gerais	1096
1.9.2	Bens do devedor	1096
1.9.3	Fraude à execução e fraude contra credores	1101
1.9.4	Alienação de bem penhorado	1105
1.9.5	Registro do arresto ou da penhora e sua finalidade	1106

=====CAPÍTULO 2

Das diversas espécies de execução	1109
---	------

2.1	Disposições gerais	1109
2.2	Procedimentos executivos existentes	1113
2.3	Execução provisória e definitiva	1114
2.4	Meios de execução	1115
2.4.1	Sub-rogação (execução direta)	1115
2.4.2	Coerção ou coação (execução indireta)	1116

CAPÍTULO 3

	Execução para a entrega de coisa	1117
3.1	Execução para entrega de coisa certa	1117
3.2	Execução para entrega de coisa incerta	1119

CAPÍTULO 4

	Execução das obrigações de fazer e de não fazer	1121
4.1	Disposições comuns	1121
4.1.1	Meios executivos	1122
4.1.2	<i>Astreintes</i>	1122
4.2	Execução das obrigações de fazer	1125
4.2.1	Processo de execução	1125
4.2.2	Da conversão em perdas e danos	1127
4.2.3	Prática do fato por terceiro	1127
4.2.4	Execução da obrigação pelo credor	1128
4.2.5	Cumprimento da obrigação	1129
4.3	Execução das obrigações de não fazer	1130

CAPÍTULO 5

	Execução por quantia certa	1133
5.1	Execução por quantia certa contra devedor insolvente	1133
5.2	Execução por quantia certa contra devedor solvente	1136
5.2.1	Disposições gerais	1136
5.2.2	Citação do devedor e arresto	1137
5.2.3	Penhora, depósito e avaliação	1140
5.2.3.1	Objeto da penhora	1140
5.2.3.2	Documentação da penhora, seu registro e depósito	1147
5.2.3.3	Lugar da realização da penhora	1149
5.2.3.4	Modificações da penhora	1149
5.2.3.5	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	1152
5.2.3.6	Penhora de créditos	1154
5.2.3.7	Penhora de quotas ou de ações de sociedades personalizadas	1154

5.2.3.8	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes.	1155
5.2.3.9	Penhora de percentual de faturamento da empresa .	1156
5.2.3.10	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.	1157
5.2.3.11	Avaliação.	1158
5.2.4	Expropriação de bens.	1164
5.2.5	Satisfação do crédito.	1176

=====CAPÍTULO 6

Execução contra a Fazenda Pública.	1179
---	------

=====CAPÍTULO 7

Execução de alimentos.	1185
-----------------------------	------

=====CAPÍTULO 8

Execução fiscal.	1189
8.1 Introdução.	1189
8.2 Procedimento.	1190

=====CAPÍTULO 9

Defesa do executado: embargos, objeção de pré-executividade e ação au- tônoma.	1195
9.1 Noções gerais.	1195
9.2 Procedimento.	1196
9.3 Da defesa do executado contra arrematação, adjudicação e alienação .	1200
9.4 Exceção de pré-executividade.	1201
9.4.1 Procedimento.	1203

=====CAPÍTULO 10

Suspensão e extinção do processo de execução.	1205
10.1 Suspensão do processo de execução.	1205
10.2 Extinção do processo de execução.	1207

=====SEÇÃO IV

Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judi- ciais.	1211
---	------

=====CAPÍTULO 1

Da ordem dos processos no Tribunal.	1211
1.1 Noções preliminares.	1211
1.1.1 A geografia da matéria no CPC/2015.	1211
1.1.2 Escorço histórico.	1211

1.2	Mecanismos de uniformização	1214
1.2.1	Precedentes	1214
1.2.2	Modulação temporal	1222
1.3	Procedimento recursal	1231
1.4	O relator e seus poderes	1238
1.5	Correção parcial	1241
1.6	As súmulas no direito brasileiro: evolução e situação atual	1243

=====CAPÍTULO 2

Processos, incidentes e ações.	1251
2.1 Noções preliminares	1251
2.2 Assunção de competência	1252
2.2.1 Procedimento	1255
2.3 Arguição de inconstitucionalidade	1256
2.3.1 Iniciativa e momento da arguição da inconstitucionalidade . . .	1257
2.3.2 Órgão perante o qual se argui	1258
2.3.3 Procedimento	1258
2.4 Conflito de competência	1261
2.5 Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	1263
2.5.1 Competência para a homologação	1264
2.5.2 Decisões sujeitas à homologação.	1265
2.5.3 Decisões arbitrais	1266
2.5.4 Requisitos	1267
2.5.5 A homologação da decisão.	1268
2.5.6 Procedimento	1269
2.5.7 Homologação de decisão e lide nacional	1271
2.5.8 Execução da sentença homologada.	1272
2.6 Ação rescisória	1273
2.6.1 Decisões de mérito e cabimento da ação rescisória	1275
2.6.2 Impugnação de descumprimento de súmula vinculante	1277
2.6.3 Legitimidade para a ação rescisória e intervenção de terceiros.	1277
2.6.4 Depósito de 5% do valor da causa.	1278
2.6.5 Competência.	1279
2.6.6 Prazo para propor a ação	1280
2.6.7 Pressupostos da rescisão.	1282
2.6.8 Tutela provisória na ação rescisória.	1288
2.6.9 Procedimento	1289
2.6.10 Execução da sentença rescindenda	1293
2.7 Ação anulatória	1293
2.8 O incidente de resolução de demandas repetitivas	1296

2.8.1	Natureza do incidente	1296
2.8.2	Influência do direito estrangeiro	1296
2.8.3	Cabimento	1298
2.8.4	Regras gerais	1299
2.8.5	Procedimento	1303
2.9	Reclamação	1308
2.9.1	Procedimento	1313

=====CAPÍTULO 3

	Teoria geral dos recursos	1315
3.1	Noções preliminares	1315
3.2	Natureza jurídica dos recursos	1317
3.3	Duplo grau de jurisdição	1318
3.4	Atos sujeitos a recurso	1318
3.5	Prazo para interposição do recurso	1319
3.6	Legitimidade e interesse para recorrer	1323
3.7	Princípios relativos aos recursos	1325
3.8	Classificação dos recursos	1327
3.9	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1331
3.10	Efeitos dos recursos	1336
3.11	Modulação dos efeitos temporais da decisão nos recursos	1339
3.12	Desistência do recurso	1341
3.13	Renúncia ao direito de recorrer	1342
3.14	Aquiescência	1343

=====CAPÍTULO 4

	Recursos em espécie	1345
4.1	Apelação	1345
4.1.1	Cabimento do recurso	1345
4.1.2	Prazo para interposição	1348
4.1.3	Efeitos da apelação	1349
4.1.4	Recebimento da apelação	1353
4.2	Agravo	1354
4.2.1	Prazo para interposição	1355
4.2.2	Efeitos do agravo	1355
4.2.3	Agravo de instrumento	1356
4.2.4	Agravo interno	1361
4.3	Embargos de declaração	1362
4.3.1	Prazo para interposição	1366
4.3.2	Efeitos dos embargos de declaração	1366
4.3.3	Procedimento	1369

CAPÍTULO 5

Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	1373
5.1 Recurso ordinário constitucional	1373
5.1.1 Natureza e definição	1373
5.1.2 Competência	1374
5.1.3 Requisitos de admissibilidade e procedimento	1375
5.2 Recurso especial e recurso extraordinário	1377
5.2.1 Histórico	1377
5.2.2 Recurso especial	1379
5.2.3 Recurso extraordinário	1384
5.2.3.1 A repercussão geral do recurso extraordinário	1392
5.2.4 Efeitos do recurso especial e extraordinário	1401
5.2.5 Interposição dos recursos especial e extraordinário	1403
5.2.6 Ordem do julgamento dos recursos especial e extraordinário ..	1405
5.3 O julgamento na hipótese dos recursos repetitivos	1406
5.3.1 Visão geral do procedimento	1406
5.3.2 O papel do relator	1411
5.3.3 O art. 256 do Regimento Interno do STJ	1416
5.3.4 A possibilidade de consenso nos julgamentos repetitivos	1419
5.4 Agravo em recurso especial e extraordinário	1425
5.5 Embargos de divergência	1427

SEÇÃO V

Disposições Finais e Transitórias	1431
---	------

CAPÍTULO 1

Das disposições finais e transitórias do CPC	1431
1.1 Disposições de direito transitório e parâmetros para a aplicação das normas do CPC/2015	1431
1.2 Disposições relativas a usucapião administrativa	1443
Referências	1461